

## **Japão Como País Normal e Ator Internacional?**

Henrique Altemani de Oliveira\*

### **1. Introdução**

Enquanto se constata que a União Européia, apesar da dificuldade de adquirir um caráter único, está procurando transformar-se num ator internacional de peso e a China, em processo de crescimento econômico, deixa bem clara sua intenção de exercer um papel ativo tanto na região quanto no sistema global, o posicionamento internacional do Japão permanece de difícil percepção.

No início da década de 90, previa-se que o Japão acabaria por definir seu papel ou forma de atuação tanto no plano internacional como um todo quanto no regional.

Joseph Nye <sup>1</sup> apontava quatro possíveis opções para o Japão: a) de se tornar uma superpotência através de um processo de remilitarização; b) de continuar com sua política *economicista* do pós-guerra; d) de dar ênfase ao contexto regional; e) de desempenhar um papel político global em decorrência e em conjunto com seu poder econômico global.

Nye considerava ainda que a opção pelo exercício de um poder global enfrentava fortes custos internos, pelo fato de exigir mudanças, a começar pela resistência ao *estrangeiro*, e pela necessidade de abertura do mercado interno, bem como igualmente pelas pressões externas, seja por parte de potências regionais asiáticas ou mesmo por parte dos Estados Unidos e da Europa.

Mas, mais para o final da década, o Japão, apesar de manter sua capacidade econômico-financeira, encontra-se mergulhado dentro de uma crise, sem que tenha ainda conseguido definir seu papel. Sugerindo que as reformas estruturais não foram efetivadas por estar lisonjeado pelo título de *Japan Number 1* ou mesmo de *Enigma of Japan*, Horisaka apontava que "na área de relações exteriores, podemos esperar que algum tempo passe antes que o Japão possa estabelecer uma política externa abrangente e de acordo com a nova realidade. A fundação desta nova política se apóia em duas questões críticas: 1) Que tipo de papel internacional o Japão pode desempenhar na

---

\*. Professor do Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Coordenador Adjunto do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

<sup>1</sup>. NYE, Joseph S. "Coping with Japan". *Foreign Policy*, 9: 96-115, Winter 1992-93.

era pós-guerra fria, considerando sua posição como a segunda maior economia do mundo; e 2) Que relações construtivas ele pode formar com seus vizinhos asiáticos".<sup>2</sup>

A impressão que se tinha é que, na realidade, o Japão continuava procurando instrumentalizar a Aliança com os Estados Unidos, de forma a evitar desgastes prematuros. No entanto, a se considerar que a China expande seu papel internacional, praticamente endossado por uma aproximação mais estratégica com os Estados Unidos, pode-se supor que o Japão indiretamente está abrindo espaços para a política chinesa e retardando ainda mais a urgente definição de seu papel regional e internacional.

E na mesma linha, considerando-se a série de desconfianças e resistências que o Japão ainda enfrenta na região asiática em decorrência de suas atitudes no período da Segunda Guerra Mundial e igualmente as ações chinesas procurando evitar a ampliação da crise no Sudeste Asiático<sup>3</sup>, a aparente não solidariedade japonesa no decorrer da crise financeira poderia se traduzir num aumento da rejeição regional a um papel mais preponderante por parte do Japão.

No entanto, uma série de movimentos e iniciativas recentes indicam que o Japão está buscando um posicionamento divergente de sua postura anterior e que pode propiciar o desenho de um papel mais cooperativo ou de liderança na região asiática, principalmente pelo fato de exclusão dos Estados Unidos.

Em primeiro, iniciativas com ênfase na dimensão inter-regional visando ampliar a integração da região asiática com outros espaços, principalmente com a União Européia, através do ASEM (Asia Europe Meeting) e com a América Latina, por intermédio da EALAF (East Asia Latin America Forum).

Em segundo, projetos intra-regionais com o objetivo explícito de reforçar novas modalidades de integração, sem a presença norte-americana, como a retomada da questionada proposta de um Fundo Monetário Asiático e a recente configuração da ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) em ASEAN + 3, com a inclusão da China, Coréia do Sul e Japão. Nesta

---

<sup>2</sup> HORISAKA, Kotaro. "Mudanças e turbulências recentes na política japonesa: uma visão para a América Latina". *Política Externa*, 6 (4): 127, Março 1998.

<sup>3</sup> No Foro Econômico Mundial de Davos, em fevereiro de 1998, o Vice-Premier Li Lanqing declarou: *A competitividade de nossas exportações está sob pressão da drástica depreciação das moedas do Sudeste Asiático. Entretanto, a China não irá e não necessitará se valer da desvalorização do Renminbi para estimular suas exportações ... Isto não só em nosso próprio interesse, mas também como uma contribuição para a retomada da estabilidade e confiança nos mercados cambiais asiáticos.*

perspectiva, pode-se ainda arrolar a disposição japonesa de assinatura de tratados comerciais bilaterais, especificamente com Cingapura, Coréia do Sul, México e Chile.

Em terceiro, uma maior participação nas questões de segurança estratégica regional, ampliando seu papel na defesa própria e regional. Esta ponderação apresenta-se de forma mais complexa em decorrência da manutenção da Aliança Militar com os Estados Unidos, inclusive com sua participação no desenvolvimento do *Theater Missile Defence* (TMD).

Em decorrência destas ponderações, a presente análise procura comprovar que o Japão, após uma longo período de aparente inércia, tem como orientação de sua política externa o objetivo de assegurar um papel de maior proeminência na região asiática, ou de ser um ator regional/internacional com maior peso.

## 2. *Indefinições e Pressões*

No início da década, a maior das análises apontavam o Japão ou como uma *superpotência econômica* ou como um *poder incompleto* em decorrência de sua renúncia ao uso da força como instrumento de política externa ou ao fato de não possuir recursos militares ofensivos, principalmente nucleares.

Chin Kin Wah<sup>4</sup> pondera que a consideração do Japão como um grande poder, completo, na Ásia deveria levar em conta algumas premissas, como a bagagem negativa em termos de seu passado militarista, limitando a exploração de suas potencialidades estratégicas. Como também os constrangimentos da Aliança Militar Japão-Estados Unidos, inibindo a definição independente de um papel do Japão nas questões de segurança regional; a redefinição do papel dos Estados Unidos na manutenção da segurança e estabilidade na região; a persistência de inúmeras reivindicações potencialmente conflituosas, como China-Taiwan, a nuclearização da Coréia do Norte e as disputas no Mar da China do Sul, com reflexos diretos sobre o possível papel japonês.

---

<sup>4</sup>. WAH, Chin Kin. "Japan as a Great Power". IN: CHEE, Chan Heng. *The New Asia-Pacific Order*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies, 1997: 108-130.

Chin Wah <sup>5</sup> enumera ainda algumas questões cruciais que o Japão deveria encarar para se apresentar como um grande poder regional:

1. A retórica do retorno à Ásia não é um substituto para o relacionamento com os Estados Unidos. Conseqüentemente, deve procurar uma forma de manter equilíbrio entre ser parte do mundo desenvolvido e um líder na Ásia.
2. China será um ponto crítico de referência num envolvimento triangular com vistas à estrutura de estabilidade na Ásia-Pacífico. Mais do que visar uma política de contenção remodelada com os Estados Unidos, seria necessário engajar positivamente a China num processo de construção de confiança.
3. Com a emergência chinesa como uma força econômica, inevitavelmente comparações serão feitas sobre quem desempenhará um papel crítico no desenvolvimento regional. Japão, de um lado, tem a vantagem de ser a base do investimento e da regionalização dos processos manufatureiros. China, de outro lado, deverá continuar a oferecer um mercado em expansão e oportunidades de investimento para as economias regionais.
4. Japão continuará a ter que escolher entre estar atento às sensibilidades norte-americanas ou apoiar as iniciativas regionais, como por exemplo a EAEC (East Asia Economic Caucus).
5. O papel de liderança japonesa em política externa apresenta-se também dependente de um novo equilíbrio em sua política doméstica, com instabilidades contínuas no início dos anos 90.
6. O status de *grande poder* não corresponde só a direitos mas também a responsabilidades na manutenção da ordem e estabilidade regional. No caso do Japão, a aceitação deste papel pelos outros dependerá também de como solucionará sua bagagem histórica negativa.
7. Por fim, em conjunto com a crescente demanda para participação em arranjos e fóruns multilaterais sob demanda da ONU, Japão necessita reestruturar suas Forças de Auto-Defesa (Self Defence Forces – SDF).

---

<sup>5</sup>. WAH, Chin Kin. Op. Cit. Pp.: 125-128.

A questão que permanece é se o Japão pode desempenhar o papel de um grande ator internacional, somente enquanto um poder civil global<sup>6</sup> ou necessita ser um grande poder, ou um poder militarista no sentido tradicional do conceito.

A par do aparente desinteresse japonês em assumir um papel regional e internacional mais atuante, trabalha-se com a hipótese de que a crise financeira asiática foi um fator fundamental na alteração da expectativa japonesa em relação à região, ao seu papel e mesmo às possibilidades de outros atores.

Neste sentido, aventa-se a hipótese de que a crise atinge um ponto fundamental da estabilidade estratégica do pós-Guerra Fria na Ásia-Pacífico: a coesão regional através do processo de desenvolvimento econômico. No plano mais genérico, a crise dos mercados financeiros teve como resultado mais imediato o fato de abalar as perspectivas de um século XXI voltado para manutenção de um clima pacífico e próspero em decorrência da existência de mercados livres sem fronteiras, numa economia integralmente globalizada. E, de outro, a incapacidade das instituições multilaterais regionais – APEC (Asia-Pacific Economic Co-operation forum), ARF (ASEAN Regional Forum) e ASEAN (Association of Southeast Asian Nations)– em desempenhar um papel mais atuante no redirecionamento da crise demonstra que a estabilidade regional, econômica e estratégica, depende ainda altamente de iniciativas e políticas dos principais atores regionais.

Neste contexto, “a impotência do Japão em assumir a retomada econômica asiática pode afetar seriamente seu posicionamento e influência na região. No início de 1998, a região estava ainda esperando por um maior pacote japonês para recuperação. Como apontava o ex-Ministro de Relações Exteriores da Austrália, Gareth Evans, ‘a decisão do Japão... de não dar um maior estímulo orçamentário para sua própria economia (para auxiliar uma recuperação exportadora na região) é desesperadamente desapontadora’ ”.<sup>7</sup>

A crise levantou na região uma série de questionamentos sobre os benefícios da globalização e da interdependência econômica e mais especificamente sobre o papel dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional (FMI) na sua gestação e agravamento. Mas muito mais do que no plano global, a crise apresenta importantes implicações estratégicas regionais principalmente ao

<sup>6</sup>. Sobre o conceito de *poder civil* e avaliando a participação da Alemanha nas operações relacionadas com a questão de Kosovo, veja: MAULL, Hanns W. “Germany and the use of force: still a civilian power?”. *Survival*, 42 (2): 56-80, Summer 2000.

<sup>7</sup>. DIBB, Paul, HALE, David D. & PRINCE, Peter. “The strategic implications of Asias’s economic crisis”. *Survival*, 40 (2): 20, Summer 1998.

ampliar o clima de incerteza e ao desafiar as idéias de que a coesão regional ou de que a interdependência econômica seriam fatores de prevenção de conflitos internacionais na Ásia.

De um lado, como ficou evidenciado na situação da Indonésia, o colapso econômico pode comprometer a estabilidade social e política da região pelo crescimento de demandas de um novo pacto político-social, não restritas somente a espaços localizados, mas ao conjunto regional. O tumulto verificado na Indonésia gerou preocupações não só com a possibilidade de transferência de contingentes populacionais à Austrália, Malásia e Cingapura, mas também com o surgimento de reivindicações por reformas políticas e sociais, principalmente na Malásia, e mesmo em Cingapura.

E, no plano externo, ao mesmo tempo em que se levantam dúvidas sobre a validade teórica do enfoque na interdependência econômica como um antídoto à reativação de conflitos latentes, constata-se que a idéia de desenvolvimento de mecanismos de segurança estratégica e econômica, baseados no modelo ASEAN de consenso e cooperação, está agora relativamente desacreditada.

Nesse sentido, o clima de desconfiança e descrédito possibilita alterações na balança de poder ao demonstrar as limitações dos principais poderes. Os Estados Unidos, ao ser considerado como um dos responsáveis pela crise e por influenciar o FMI na promoção de reformas econômicas, aparenta estar desempenhando um papel exclusivamente voltado para a defesa de seus interesses. Independentemente do papel de promotor do desenvolvimento econômico que o Japão desempenhou nas décadas anteriores, o tímido e vacilante empenho japonês, aliado à incapacidade de resolver suas próprias dificuldades, deve minimizar suas potencialidades de deter um papel proeminente regional. Mesmo as instituições regionais como a APEC (Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico) e a ARF (Fórum Regional da ASEAN) mostraram-se incapazes de trabalhar em conjunto na crise. Nesse sentido, a China beneficiou-se da fragilidade dos principais atores e ao não se engajar numa desvalorização competitiva procurou transmitir a imagem de um poder cooperativo e pacífico.

Na viagem do Presidente Clinton à China (1998), dois fatos chamaram sobremaneira a atenção. O primeiro é de aparentemente não se ter chegado a nenhum compromisso de importância: não se assinou nenhum acordo, não se estipulou qualquer tipo de cronograma para a implementação de medidas e/ou reformas. Assim, pode ser considerado como um encontro de dois gigantes, com agendas internacionais bem diferenciadas, que se satisfizeram em endereçar mensagens cifradas a seus respectivos públicos domésticos. De outro lado, chama igualmente atenção uma reação de

desconforto, para não dizer diretamente de ciúmes, por parte de alguns Estados de projeção na região, principalmente por parte do Japão e Índia.

Mas é exatamente nessa aparente falta de sentido ou de resultado que reside a importância da visita. Em primeiro lugar, ressalta-se o reconhecimento explícito de que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia. Em segundo, num quadro indefinido, com o Japão em crise, o Sudeste Asiático em tumulto, o Sul da Ásia em efervescência nuclear, os Estados Unidos está procurando reordenar suas relações no contexto asiático, priorizando o relacionamento estratégico com a China, de forma a manter sua liderança regional.

Nos últimos anos, as relações entre a China e os Estados Unidos aparentavam estar progredindo constantemente, podendo-se inclusive pensar no estabelecimento de uma *parceria estratégica cooperativa*. Desde a visita de Jiang Zemin aos Estados Unidos em outubro de 1997 e a de Clinton à China em julho de 1998 começou-se a empregar este conceito, ponderando-se que: a) os Estados Unidos estava reconhecendo explicitamente que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para a manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia, e b) as duas potências mantêm posicionamentos comuns e alinhados frente às principais questões regionais.

A convergência de interesses era sentida tanto na crise financeira, com a China não desvalorizando o *renmimbi*, quanto nas questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão e mesmo no que se refere às tensões na Península Coreana.

Sob esta perspectiva cooperativa, o desenho inicial da visita do Premier Zhu Rongji, em abril de 1999, aos Estados Unidos tinha o objetivo precípuo de obter o apoio norte-americano para a reivindicação de ingresso na Organização Mundial do Comércio.

No entanto, suas entrevistas nos Estados Unidos foram marcadas por questões que inicialmente não tinham sido previstas, como o bombardeamento da Iugoslávia, acusações de espionagem nuclear chinesa nos Estados Unidos e contribuições ilegais para a reeleição de Clinton, bem como as tradicionais sobre desrespeito aos direitos humanos.

A principal conclusão que se pode deduzir de sua visita é que a perspectiva de estabelecimento de uma *parceria estratégica cooperativa*, ainda que não tenha sido consolidada, já foi parcialmente descartada. O objetivo de ampliar as relações entre os dois lados desapareceu

prematuramente devido à permanência de diferenças irreconciliáveis no que se refere a diversos aspectos da segurança aos direitos humanos.

Semanas após a visita de Zhu Rongji, o Premier Japonês Keizo Obuchi também esteve nos Estados Unidos para uma visita oficial. Enquanto Rongji fez concessões comerciais, Obuchi tratou da implementação das diretrizes de defesa entre Japão e Estados Unidos. Clinton recebeu Obuchi como “meu amigo e amigo do povo americano”, ressaltando que “Estados Unidos e Japão têm ideais comuns, interesses comuns e um propósito comum no mundo”. Quando tinha encontrado Zhu Rongji tinha enfatizado não a amizade, mas a importância dos líderes dos dois países se encontrarem regularmente, deixando claro que o relacionamento sino-americano é baseado em necessidades mútuas, não em confiança mútua e muito menos em valores compartilhados.<sup>8</sup> Ou, como apontava David Shamboug, “Beijing e Washington têm agendas muito divergentes, se não estrategicamente competitivas. É um erro usar a linguagem de parceira estratégica quando, na realidade, os dois discordam em quase todas as questões estratégicas”.

Ainda que não se possa prever uma tendência de crescimento de conflitos entre os dois parceiros, fica mais claro que a perspectiva chinesa de desvincular os laços comerciais dos políticos foi postergada para um futuro distante e que cada questão será uma questão.

### ***3. Iniciativas Inter-Regionais***

O projeto ASEM (Asia-Europe Meeting), sem dúvidas, foi uma iniciativa do Primeiro Ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, durante uma visita a Paris, em 1994, quando a França ocupava a Presidência da União Européia (UE), tendo como objetivo estreitar os laços políticos, econômicos e culturais entre os dois continentes.

Para a UE, a institucionalização da ASEM, estrategicamente, tem o papel de ser um instrumento de aproximação política com a Ásia, com o objetivo precípua de evitar que Estados Unidos possa se manter isolado na região. Em outros termos, a UE espera, com o ASEM, ser um ator político regional, além do econômico, de forma a poder relativizar a importância que Estados Unidos detém na região.

---

<sup>8</sup>. CHING, Frank. “A Tale of Two State Visits”. *Far Eastern Economic Review*, 162 (20): 36, May 20, 1999.



O ASEM tem como participantes asiáticos os membros da ASEAN, mais Japão, China e Coréia do Sul. Para o Japão, ainda que as diferentes questões a serem discutidas já estivessem embutidas no seu relacionamento bilateral com a UE, a importância do ASEM está no fato de representar um diálogo intra-regional sem a presença dos Estados Unidos. Neste sentido, note-se que Japão reagiu lentamente à proposta até ter ciência de que Estados Unidos não se opunha ao encontro.

“Em adição aos óbvios benefícios econômicos, o desenvolvimento de futuras relações com a Europa ao nível de região para região era visualizado no Japão como oferecendo um contrapeso ao crescente papel ambivalente jogado pelos Estados Unidos na região. Esta linha particular de raciocínio está alicerçada na contabilidade contemporânea de estruturas econômicas tripolares baseadas no Japão (Ásia), UE (Europa) e Estados Unidos (NAFTA). Acomoda os próprios interesses do Japão de desempenhar um maior papel internacional dentro de uma estrutura multilateral”.<sup>9</sup>

Mas, mais do que isto, começou a ter ciência de que o ASEM poderia ser um instrumento de reaproximação com a Ásia e de uma forma onde não estivessem presentes os constrangimentos históricos. Assim, o principal valor da participação do Japão no ASEM pode ser a possibilidade de ter um contato mais íntimo com seus vizinhos.

“A originalidade do processo ASEM reside em sua proposta fundamental de uma região contra a outra (ao contrário da APEC, ARF e a Conferência Pós-Ministerial da ASEAN). Posiciona, assim, dois corpos coerentes e externamente diferenciados cuja composição permanece altamente inquestionável dentro da ASEM. Esta nova instituição promove um mecanismo inter-regional regular e coordenado que aproxima esta “Ásia” e esta “Europa”. Paradoxalmente, este diálogo inter-regional pode servir mais efetivamente para aumentar a cooperação intra-regional, porque pode mais claramente articular explicitamente a presença de uma Ásia *vis-à-vis* uma precisa e visível Europa. Como resultado, este mecanismo pode até mesmo induzir à criação de uma identidade regional asiática...”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>. GILSON, Julie. “Japan’s role in the Asia-Europe Meeting”. *Asian Survey*, 39 (5): 740, September/October 1999.

<sup>10</sup>. Idem, *ibidem*, p. 749.

Este crescente regionalismo pode ser canalizado para estruturas institucionalizadas com o objetivo de encarar questões transnacionais comuns. Ou mesmo, encarado como uma resposta necessária à tendência de aprofundamento do regionalismo europeu e americano.

Desta forma, mais uma vez retoma-se a expectativa da existência de um real interesse japonês em liderar este processo de regionalização e, o que é mais importante, é um processo que ao reivindicar a presença japonesa legítima a adoção de um papel de liderança regional.

Da mesma forma que o ASEM, o recente processo de aproximação entre Ásia e América Latina vai ter como ponto inicial uma proposta de Cingapura e vai englobar os países membros da ASEAN mais o Japão, China e Coréia do Sul. Como proposta básica, trata-se de uma iniciativa com vistas a institucionalizar uma aproximação política de alto nível e implementar programas e planos que ampliem os laços econômicos, políticos e culturais entre as duas regiões.

Seus objetivos oficiais podem ser assim definidos: “O primeiro objetivo poderia ser gerar condições favoráveis para ampliar e aprofundar relações biregionais em cooperação econômica e social (por exemplo, comércio em bens e serviços, promoção de investimento, transferência de tecnologia) e a troca de visões sobre desenvolvimento, estratégias de mercado, educação, formação de capital humano, criação de emprego e desenvolvimento social. O segundo objetivo poderia ser definir, conjunta e gradualmente, um programa de trabalho permanente que deveria incluir projetos e ações concretas e viáveis, bem como estabelecer mecanismos formais para diálogo e consulta entre as duas regiões”.<sup>11</sup>

Para o que nos interessa, EALAF<sup>12</sup>, muito mais do que ASEM, apresenta um forte conteúdo simbólico ao procurar ampliar e aprofundar relações com a região da América Latina, sem a presença dos Estados Unidos. Demonstra não só um crescente interesse asiático pelo espaço latino-americano, mas também a disposição do Japão em participar deste processo.

No mesmo raciocínio anterior, considera-se que um dos incentivos para a iniciativa EALAF é a percepção asiática de que ALCA é um projeto que tende a se efetivar no prazo estabelecido e

---

<sup>11</sup>. KUWAYAMA, Mikio, MATTOS, José Carlos & CONTADOR, Jaime. *Trade and Investment Promotion between Asia-Pacific and Latin America: present position and future prospects*. Santiago de Chile, CEPAL, Serie Comercio Internacional, no. 9, Septiembre de 2000. P. 58.

<sup>12</sup>. O Fórum Leste Asiático e América Latina (EALAF) teve sua reunião inaugural em setembro de 1999, em Cingapura. Em setembro de 2000, teve a segunda reunião de Altos Funcionários em Santiago do Chile, seguida em outubro pelo primeiro encontro acadêmico. Para maio de 2001 está prevista a reunião de Ministros de Relações Exteriores.

que, conseqüentemente, pode afetar ou diminuir as possibilidades de inserção da Ásia no espaço latino-americano. E, assim também, é um incentivo ao desenvolvimento de um regionalismo asiático, com identidade asiática e não embutido dentro da APEC ou da Comunidade do Pacífico, como proposto pelos Estados Unidos.

Tanto ASEM quanto EALAF têm como base a ASEAN, com capacidade de desempenhar o papel de âncora nos diferentes processos, enquanto se apresenta como o fórum regional de maior credibilidade. Entretanto, tanto para a Europa quanto para a América Latina, só a ASEAN, sem Japão, Coréia do Sul e China, não despertaria o interesse que se tem para o ASEAN + 3.

Do ponto de vista da ASEAN, não se está procurando diretamente privilegiar nenhum dos três Estados, mas credita-se ao Japão uma importância relativamente maior, enquanto considerado como a economia mais forte da região. Ou, como veremos abaixo, tende a forçar o Japão a adotar uma política de relativa liderança em processos integrativos regionais.

#### ***4. Iniciativas Intra-Regionais***

Quando a Dieta entra em recesso em janeiro, o Primeiro Ministro Japonês normalmente viaja para os Estados Unidos e Europa. Mas neste ano, Obuchi rompeu a tradição e visitou Laos, Cambodja e Tailândia. Sob o pretexto de ouvir a opinião regional para poder representá-la na reunião de julho do G7 em Okinawa, o Japão, na realidade, está procurando ampliar sua influência na região.<sup>13</sup>

Enquanto divergia tradicionalmente dos Estados Unidos nas questões de segurança do Sudeste Asiático, nas outras questões regionais mantinha-se como um ator coadjuvante. No entanto, no momento atual, o Japão apresenta-se mais agressivo, procurando trabalhar com uma agenda própria na região. Como, por exemplo, o recente apoio para um mercado comum do Leste Asiático; a defesa da candidatura do Ministro de Comércio Tailândia, Supachai Panitchpakdi's para a Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto Estados Unidos propunha o ex-Primeiro Ministro da Nova Zelândia, Michael Moore. E, ainda que cautelosamente, a busca de apoio na

---

<sup>13</sup>. CRISPIN, Shawn W. "The Personal Touch". *Far Eastern Economic Review*, 163 (4): 24-26, January 27, 2000

região para o estabelecimento do Fundo Monetário Asiático como uma resposta à percepção de que o FMI impõe condições muito próximas à agenda de comércio de Washington.

Esta nova agressividade japonesa pode decorrer, de um lado, do fato de desde a crise asiática ter relativamente perdido espaço econômico para Estados Unidos ou Europa e, de outro, do avanço diplomático chinês. Independentemente da motivação, o que está ficando claro é o novo interesse ou a nova disposição japonesa de atuar na região, com a região e mesmo assumir uma liderança econômica em processos integrativos. Enfim, Japão está demonstrando a vontade política de assumir um papel político na região.

A reunião informal da ASEAN, em novembro de 1999, ressuscitou a idéia defendida em 1990 pelo Primeiro Ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, de institucionalização de um bloco regional, com características essencialmente asiáticas. Tanto a proposta inicial do East Asia Economic Group (EAEG) quanto a proposta mais suavizada do East Asia Economic Caucus (EAEC), dentro do fórum da APEC, foram fortemente rechaçadas pelos Estados Unidos por ter sido deixado do lado de fora. E, em decorrência da oposição de Washington, o Japão não apoiou a iniciativa e muito menos aceitou a perspectiva de instrumentalizar uma liderança dentro deste *bloco asiático*.

No entanto, agora, a reunião da ASEAN demonstra que ainda constitui uma força regional e que a adesão dos três líderes do Nordeste Asiático – Japão, China e Coréia do Sul – reflete a tendência para uma crescente cooperação, especialmente em economia. A ênfase no reforço da cooperação econômica indica igualmente o cuidado em evitar eventuais discussões sobre questões políticas e de segurança.

“É claro que a visão do mercado comum do Leste Asiático ou de uma moeda comum não é possível ser efetivada num futuro próximo. Inimizades históricas permanecem profundas na região e não vão desaparecer da noite para o dia. Mas o principal fato é que a definição de objetivos mostra uma tendência para uma crescente integração da região, a qual se preocupa com a emergência de blocos em outras partes do globo, como o NAFTA e a União Européia”.<sup>14</sup>

Apesar destas dificuldades, não se duvida que o processo pode contribuir para ampliação da mútua compreensão e confiança e uma mais durável estabilidade e paz no Leste Asiático. Mas,

<sup>14</sup>. CHING, Frank. “An Emerging East Asia”. *Far Eastern Economic Review*, 162 (50),: 36, December 16, 1999.

além disto, há o interesse dos três atores do Nordeste Asiático em atuar em conjunto com o Sudeste Asiático, mesmo que em função de uma disputa para ampliação do poder individual.

No plano da cooperação econômica, a presença do Japão mostra-se fundamental para transferir credibilidade a qualquer desenvolvimento do bloco, enquanto que é um instrumento que possibilita uma atuação japonesa sem cobranças de seu passado.

Retoma-se ainda a idéia de que a proposta de um mercado comum sem a presença dos Estados Unidos tem significativa importância enquanto se busca a definição de uma identidade regional, na qual não só se aceita mas também se requisita a presença japonesa.

Além do interesse de estreitamento de cooperação econômica, o Japão demonstra igualmente questionamentos em relação ao controle sobre fluxos de capitais e investimentos das economias ocidentais que dominam o FMI. Assim, na reunião da ASEAN, o Japão ganhou o endosso da região na indicação de Eisuke Sakakibara, antigo Ministro das Finanças do Japão, para a presidência do FMI. E igualmente buscou apoio para a retomada do processo de criação do Fundo Monetário Asiático (FMA).

A proposta inicial do FMA vinculava-se à iniciativa japonesa que já estava sendo implementada de auxílio às economias abaladas pela crise. “Na realidade, Tóquio ofereceu um total de 19 bilhões de dólares como contribuição para a “segunda linha” dos créditos que o FMI estava levantando em favor da Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul. Ainda mais importante, numa reunião do G7, em Hong Kong (setembro de 1997), Tóquio propôs a criação de um Fundo Monetário Asiático (FMA), a ser formado com contribuições do Japão e outros países asiáticos até um montante de 100 bilhões de dólares, e destinado a atender a emergências de balanços de pagamentos da região. A proposta japonesa entusiasmou os asiáticos mas foi torpedeada pelos EUA, sob a argumentação de que o FMA livraria os países asiáticos da pressão do FMI no sentido de que eles implementassem as reformas estruturais julgadas imperativas em Washington”.<sup>15</sup>

Note-se que em conjunto com a forte reação negativa de Washington, a China também não endossou a proposta considerando que tenderia a ampliar excessiva e unilateralmente a liderança japonesa.

---

<sup>15</sup>. OLIVEIRA, Amaury Porto de. “As Dissonâncias Sino-Japonesas”. IN: Oliveira, Amaury Porto, CANUTO, Otaviano & OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática*. São Paulo, IEA/USP, Série Assuntos Internacionais, 57: 6, Julho 2000.

A fundamentação da perspectiva do FMA decorre das ponderações de que um fundo regional apresenta a vantagem de melhor conhecimento da região e principalmente maior rapidez e flexibilidade em ações de saneamento.

No entanto, por trás da proposta encontra-se uma forte disputa pelo controle econômico e financeiro regional. Washington considera que a crise foi um resultado inevitável da incapacidade da Ásia em adotar as normas e padrões do capitalismo global. Assim, a crise seria decorrente de deficiências internas, como a corrupção, clientelismo, falta de transparência e até mesmo a ausência de democracia. A partir destas conclusões, “os policy-makers americanos aderiram à visão de que os mercados financeiros são fundamentalmente racionais. A crise econômica asiática começou porque os investidores internacionais decidiram ‘punir’ as experiências e práticas inconsistentes com os princípios do mercado. O apoio americano para uma resposta à crise, dirigida pelo FMI, estava fundamentada em grande parte no desejo de restaurar a confiança do investidor nestas economias. As condições rigorosas impostas pelo Fundo forçariam os governos recipientes a promover reformas estruturais e trazer suas economias para uma linha mais de acordo com as práticas ocidentais. Estas reformas finalmente convenceriam os investidores internacionais a retornar, influenciando uma recuperação regional”.<sup>16</sup>

Entretanto, o Japão discorda desta visão. Liderado por Eisuke Sakakibara, o Ministério das Finanças argumenta que a crise foi consequência da globalização, insistindo que não havia nada de fundamentalmente errado com as economias asiáticas. Senão, o que explicaria o longo período de crescimento de antes da crise? E os fundamentos para a retomada do crescimento encontram-se no mesmo lugar: altos índices de poupança, populações bem-educadas e dedicadas ao trabalho e grandes indústrias voltadas à exportação. E, em segundo, se era decorrente de características asiáticas, porque se propagou rapidamente para a Rússia, Brasil, etc.?

Em decorrência destas divergências e do novo papel que Japão está procurando desempenhar na região, ainda que timidamente retoma-se a proposta de institucionalização do FMA, agora já com o apoio da China.

Estas iniciativas regionais estão sendo complementadas pela assinatura de acordos bilaterais de livre comércio, dentro de uma política de abertura no novo contexto internacional.

---

<sup>16</sup> JOHNSTONE, Christopher B. “Strained Alliance: US-Japan Diplomacy in the Asian Financial Crisis”. *Survival*, 41 (2): 130-131, Summer 1999.

De acordo com este raciocínio, o Japão está promovendo um forte processo de abertura externa em três níveis:

- a) Abertura unilateral, representada pela reestruturação bancária;
- b) Abertura multilateral, decorrente dos esforços de inserção internacional através de instituições internacionais, em especial a Organização Mundial do Comércio e a APEC;
- c) Abertura bilateral, em reconhecimento da eficácia de arranjos bilaterais, mas centrados em novas modalidades, principalmente as que se referem a informações tecnológicas e produção de conhecimento.

Esta última proposta de acordos bilaterais visa inicialmente Cingapura, Coréia do Sul, México e Chile. Além dos mercados nacionais em si, a política japonesa objetiva uma conexão entre relações bilaterais e regionais/multilaterais. Assim, o bilateral com Cingapura induz a relações com a ASEAN e reforça a atuação conjunta na OMC. Com México, a ligação com o Nafta e em relação ao Chile também uma ponte entre Nafta e Mercosul.

Evidentemente que estamos especulando com projeções de interesses do Japão, mas que apresentam uma clara diferenciação com a postura regional e internacional até então adotada. Sem negar os constrangimentos regionais e internacionais e principalmente a importância da aliança com os Estados Unidos, o Japão está alterando sua diplomacia, nos diferentes níveis, e buscando ampliar seu poder.

## ***5. Segurança Estratégica***

Em 1995, com o lançamento da Iniciativa Nye deu-se início às negociações para a revisão do Pacto de Defesa Mútua Estados Unidos-Japão.

Campbell <sup>17</sup> considera que no imediato pós-Guerra Fria não se procurou renegociar a parceria militar nipo-americana em função da crescente competição econômica e hostilidade entre os dois Estados.

Ao procurar compreender as alterações japonesas no plano da defesa, Funabashi <sup>18</sup> sustenta que o Japão sofreu três *choques de segurança* que, além de um forte impacto psicológico, pressionaram-no a retomar a discussão sobre sua própria segurança e principalmente a dependência em relação ao guarda-chuva norte americano. Em primeiro, os testes chineses de mísseis sobre o Estreito de Taiwan em 1995 e 1996. Depois, o teste de lançamento do míssil norte-coreano Taepodong – 1 em 1998. E, por fim, um conjunto de eventos que erodiu a confiança nos fundamentos do existente regime de não proliferação: os testes nucleares da Índia e Paquistão em 1998 e a decisão norte-americana de não ratificar o Tratado Compreensivo de Proibição de Testes (CTBT).

Neste sentido, estamos raciocinando com a visão de que o Japão está passando por um processo de redefinição de sua estratégia de defesa, visando, de um lado, ampliar sua segurança e, de outro, retomar em parte o controle deste processo de segurança. Isto é, está procurando diminuir sua excessiva dependência da segurança mantida pelo guarda-chuva norte-americano e preparando-se, interna e externamente, para voltar a ser um *Estado Normal*.

Como indicio desta tendência e com forte conotação doméstica está o debate sobre a possibilidade de alteração do Artigo Nono da Constituição que o impede de manter forças consideradas ofensivas. Esta questão encontra profundas resistências internas principalmente pela cultura pacifista que se desenvolveu em decorrência do Japão ter sido o único Estado que sofreu as conseqüências da utilização de bombas nucleares. <sup>19</sup>

---

<sup>17</sup>. CAMPBELL, Kurt M. “Energizing the U.S.-Japan Security Partnership”. *The Washington Quarterly*, 23 (4): 125-134, Autumn 2000.

<sup>18</sup>. FUNABASHI, Yoichi. “Tokyo’s Temperance”. *The Washington Quarterly*, 23 (3): 135-144, Summer 2000.

<sup>19</sup>. Para uma visão profunda sobre a cultura pacifista japonesa e o papel desempenhado pelo Japão nas instituições internacionais favorável à negociação de um regime de desarmamento nuclear, veja: DIFILIPPO, Anthony. “Can Japan craft an international nuclear disarmament policy?”. *Asian Survey*, 40 (4): 571-598, July/August 2000.



De outro lado, no entanto, ainda que de uma forma restrita, a revisão das diretrizes da Aliança Militar Japão-Estados Unidos possibilita a ampliação de suas capacidades militares para tornar-se mais ativamente envolvido nas questões regionais de segurança.<sup>20</sup>

O plano de reconstrução das Forças de Auto Defesa (SDF) prevê: “Primeiro, melhoria nas tecnologias de defesa e equipamento militar, enquanto reduz pessoal. Segundo, os parâmetros operacionais da SDF têm que ser alargados; como resultado A SDF está procurando desenvolver melhores capacidades para atuação em conflitos em áreas distantes das ilhas domésticas. Dado que o Japão tem um forte poder econômico e possui tecnologia avançada, analistas chineses argumentam que a nova política possibilitará ao Japão transformar-se no principal poder militar na região da Ásia-Pacífico”.<sup>21</sup>

A inovação mais importante desta revisão é exatamente esta possibilidade do Japão participar em operações regionais, o que implica, inicialmente, em assumir um papel mais atuante na região e conseqüentemente oposições a esta nova postura. Neste sentido, o Japão pretende, via ações limitadas e não ofensivas, retomar a criação de um clima de confiança favorável à sua participação na manutenção da segurança regional.

No que se refere à segurança regional, a China preocupa-se com a possibilidade de que esta nova postura japonesa possa afetar seus interesses considerados vitais. “A recente preocupação chinesa sobre a redefinição das diretrizes da Aliança EUA-Japão direciona-se para a questão de Taiwan estar explícita ou implicitamente incluída. China pode aceitar a expansão do escopo das duas alianças de segurança além de relações bilaterais para cobrir outras questões regionais, mas é improvável que tolere sua jurisdição sobre o Estreito de Taiwan e, em menos extensão, sobre as ilhas Diaoyu e o Mar da China do Sul”.<sup>22</sup>

Por fim, a intenção do Japão de, em conjunto com os Estados Unidos, construir um sistema de defesa de mísseis, além do desenvolvimento autônomo de satélites.<sup>23</sup>

<sup>20</sup>. Ainda que controverso, há a previsão de que o projeto de lei elevando a Agência Japonesa de Defesa ao nível de Ministério seja ainda aprovado neste ano de 2000.

<sup>21</sup>. XINBO, Wu. “The Security Dimension of Sino-Japanese Relations”. *Asian Survey*, 40 (2): 299, March/April 2000.

<sup>22</sup>. WANG, Jianwei. *Against Us or with Us? The Chinese Perspective of America's Alliances with Japan and Korea*. Asia-Pacific Research Center. May 1998. Mimeografado.

<sup>23</sup>. Em adição ao sistema de defesa de mísseis balísticos, o Japão decidiu em 1998 lançar 4 satélites espíões, nos próximos anos, para ajudá-lo a detectar lançamentos de mísseis e aprovou a revisão das diretrizes de defesa com os Estados Unidos que lhe transfere maiores responsabilidades para sua própria defesa e para a da região.

Enquanto alguns consideram como emblema simbólico desta perspectiva japonesa de voltar a ser um Estado Normal e de ter um papel mais atuante que corresponda às suas capacidades, outros vêem com preocupação o fato da Dieta, em agosto de 1999, ter assinado a lei aprovando a bandeira *Hinomaru* e o hino *Kimigayo*, ambos associados com o passado militarista japonês, como símbolos oficiais do país.

A decisão norte-americana de desenvolver um sistema de Defesa Nacional de Mísseis (*National Missile Defence – NMD*) pode, de um lado, estar gerando uma nova corrida armamentista e, de outro, deixando a região asiática ainda mais insegura. Trata-se de uma proposta de proteger alvos de seu território por *um escudo protetor contra um ataque nuclear*, capaz de interceptar e desintegrar, em órbita, mísseis nucleares. O ex-presidente Reagan tinha lançado o debate sobre sistema de defesa contra mísseis em 1983, rotulado de *guerra nas estrelas*. O interesse pelo programa foi descontinuado com a desintegração da União Soviética, sendo, no entanto, ressuscitado quando os republicanos retomaram o controle do Congresso nas eleições de 1994. E ganhou uma nova ênfase, na metade de 1998, quando um painel do Congresso concluiu que a comunidade de inteligência norte-americana não estava sendo suficientemente vigilante contra um ataque de mísseis. Um mês depois, o lançamento do míssil da Coreia do Norte sobre o Japão detonou o novo programa.

No entanto, qualquer ação neste sentido viola claramente o Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos (*ABM*), assinado em 1972 em plena Guerra Fria, sendo que a Rússia não está disposta a aceitar a possibilidade de alterações no Tratado. A predisposição russa para uma cooperação com os Estados Unidos tem-se tornado mais difícil desde a expansão da OTAN, seu colapso econômico em 1998, os bombardeios no Iraque, a guerra contra a Sérvia em Kosovo e as condenações sobre a conduta militar russa na Chechênia. Mas mais do que tudo isto, a percepção de que os Estados Unidos almeja ampliar sua superioridade militar de forma a ser uma superpotência isolada.

Na perspectiva norte-americana, o desenvolvimento deste sistema de defesa é imprescindível a partir do momento em que houve uma disseminação indiscriminada da posse de mísseis balísticos, principalmente na periferia do sistema, o que torna o Tratado sem efeito no que se refere à possibilidade de controle. E que o principal objetivo do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime – MTCR*) de conter a proliferação não está sendo alcançado principalmente no Oriente Médio e na Ásia. Neste sentido, aponta-se que a ameaça decorre do fato do Iraque, Irã e Coreia do Norte deterem mísseis balísticos.

O teste do míssil norte-coreano, Taepodong - 1, em agosto de 1998, violando o espaço aéreo japonês, antes de cair no Pacífico, assustou o Japão e influenciou a definição de sua política externa. O governo japonês, ainda sob o impacto do teste, expressou seu interesse em cooperar com os Estados Unidos no desenvolvimento de um sistema de defesa de mísseis (*Theater Missile Defence – TMD*). Sob a certeza de que a Coreia do Norte está desenvolvendo o Taepodong – 2, com capacidade intercontinental, o Japão, em agosto de 1999, assinou com os EUA um Memorando de Entendimentos visando o desenvolvimento conjunto de tecnologias para o sistema de defesa. Concordou igualmente em investir cerca de US\$ 280 milhões para pesquisa nos próximos cinco a seis anos.

A mudança japonesa no campo da segurança também serviu como motivo ou pretexto para atingir alguns assuntos tabus. A Dieta tomou a decisão, em julho de 1999, de constituir grupos especiais para revisão do Artigo 9 da Constituição, pelo qual o Japão renúncia a guerra ou o uso da força como um instrumento de sua política externa. Nesta linha, o maior impacto foi causado pelas declarações, em outubro, do Vice-Ministro da Agência de Defesa do Japão, Nishimura Shingo, de que o Japão poderia considerar a possibilidade de adquirir armas nucleares.<sup>24</sup>

Ainda que os sistemas NMD e TMD sejam apontados como decorrentes da ameaça representada pela Coreia do Norte, diversos analistas indicam que, na realidade, o objetivo é a China. Peter Brookes, conselheiro republicano, deixa bem claro que a China é o alvo de qualquer desenvolvimento de defesa de mísseis balísticos. “A RPC está desenvolvendo um dos mais assustadores desafios de mísseis no mundo atual. A presente construção chinesa de mísseis balísticos, o robusto programa estratégico de modernização da força nuclear e as práticas irresponsáveis de proliferação faz a defesa de mísseis uma necessidade na Ásia, não uma indulgência”.<sup>25</sup>

William Perry, entretanto, pondera que se o sistema TMD não objetivar exclusivamente a Coreia do Norte, pode ter um efeito negativo: “Você desenvolve mais TMD’s, os chineses desenvolvem mais mísseis. E para onde isto vai? Leva ambos os países a gastarem mais em defesa e resulta em menos segurança”.<sup>26</sup>

<sup>24</sup>. URIU, Robert M. “Japan in 1999”. *Asian Survey*, 40 (1): 140-150, January/February 2000

<sup>25</sup>. BROOKES, Peter. “The Case for Missile Defence”. *Far Eastern Economic Review*. 163 (36): 33, September 7, 2000.

<sup>26</sup>. DAWSON, Chester. “Blueprint for Controversy”. *Far Eastern Economic Review*. 163 (28): 20, July 13, 2000.

Embora o governo japonês afirme que o projeto de defesa não representa uma ameaça ofensiva a seus vizinhos, o TMD pode alterar a balança de poder regional dando ao Japão uma poderosa força de intimidação ou até mesmo um ganho em qualquer futura negociação sobre redução de armas com a China. Enquanto EUA e Japão vêem sua cooperação em defesa como o principal componente de seu relacionamento, a China a visualiza como uma ameaça à sua própria segurança. Beijing está convencido de que o Japão irá colaborar com os EUA em atividades militares na Ásia, do mesmo modo que a OTAN colabora na Europa.

Embora a China já apresentasse apreensões anteriores quanto a este possível cenário, sua reação era mitigada pela desconfiança de que este sistema pudesse realmente ser implementado. Com a assinatura do Memorando de Entendimentos, sua postura muda drasticamente apontando que, na realidade, apesar de toda a farsa no que se refere à Coreia do Norte, a ameaça é a própria China.

A China indica cinco motivos para sua oposição ao TMD japonês:<sup>27</sup>

1. O provável envolvimento de Taiwan no TMD,
2. A possibilidade de que a capacidade de *deterrence* da China seja minada;
3. A ameaça da remilitarização do Japão;
4. O reforço da aliança Estados Unidos-Japão, e
5. O impacto negativo que poderia ter no processo global de controle de armas.

Dentre as razões da oposição chinesa, a de maior sensibilidade é a visão de que o TMD pode constituir um potencial obstáculo para seu objetivo de recuperar Taiwan, principalmente pela possibilidade do TMD abrigar também Taiwan. Há alguns analistas que tendem a considerar que, sem esta possibilidade, a reação chinesa seria relativamente atenuada, ou mesmo simplesmente retórica.

A principal questão, na realidade, é apreender a real intenção do Japão em assinar o TMD. Urayama<sup>28</sup> aponta que, mesmo entre diferentes analistas que consideram a Aliança Japão-Estados Unidos como um fator de estabilidade regional, há o receio de que o TMD pode ampliar a

<sup>27</sup>. URAYAMA, Kori J. "Chinese Perspectives on Theater Missile Defense". *Asian Survey*, XL (4): 599-621, July/August 2000.

<sup>28</sup>. URAYAMA, Kori J. Op. cit. P. 604.

dependência do Japão em relação aos Estados Unidos, levando a um incontrolável unilateralismo norte-americano. Esta perspectiva reforça o receio chinês de que a Aliança possa se transformar numa mini-OTAN dentro da Ásia, criada para conter a China.

Noutra perspectiva, aventa-se a possibilidade de que o Japão possa adotar uma política externa e de segurança mais independente para exatamente refrear futuras tendências unilaterais e políticas de intervenção dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico. Já, neste caso, a participação conjunta do Japão no TMD poderia atender interesses da China, já que tal envolvimento reforçaria a independência política do Japão no processo decisório numa situação de crises ou de conflitos militares.

Christensen <sup>29</sup> defende a idéia de que o TMD pode ser usado como uma carta pelo Japão e Estados Unidos para forçar a participação chinesa num diálogo trilateral formal de segurança, principalmente com vistas a desencorajar a Coreia do Norte a continuar com seu desenvolvimento de mísseis. E, neste caso, o Japão pode ter realmente o papel de amortizar tendências unilaterais ou mesmo de arrogância por parte dos Estados Unidos. “Os Estados Unidos não tem a intenção de se retirar da região. Nem tem a intenção de modificar os fundamentos de sua presença. A China deve aceitar estas realidades. Idealmente, deveria trabalhar junto com os Estados Unidos e o Japão para manutenção da paz regional, estabilidade e segurança. Mas isto somente pode ocorrer após um reconhecimento chinês da presença legítima e indefinida dos Estados Unidos no Pacífico Ocidental. Sem esta concordância, qualquer progresso real para a construção de uma arquitetura de segurança regional mais durável para o século vinte e um será um engôdo”.<sup>30</sup>

Funabashi questiona qual é a relação do TMD com o NMD? Tem-se a intenção de desenvolver um sistema com comando global e um sistema de controle no qual cada terminal funcionará como terminal regional? “Se é isto, o que significará para a própria defesa e política externa do Japão e sua aliança com os Estados Unidos? Poderá este comando global e sistema de controle ser compatível com as recentes ações japonesas de aquisição de seus próprios satélites inteligentes? Até o momento, estas discussões já se iniciaram, tanto no Japão ou nos Estados

<sup>29</sup>. CHRISTENSEN, Thomas. “China, the U.S.-Japan Alliance, and the security dylemma in East Asia”. *International Security*, 23 (4): 77, Spring 1999.

<sup>30</sup>. SHAMBAUGH, David. “Sino-American Strategic Relations: from partners to competitors”. *Survival*, 42 (1): 104, Spring 2000.

Unidos – como os Estados Unidos, em particular, está se esforçando em construir uma Fortaleza América exclusivamente para benefício dos americanos”.<sup>31</sup>

Complementando as iniciativas visando ampliar o nível e extensão da segurança regional, em 1999 Japão e Índia desenvolveram uma *parceria estratégica*.<sup>32</sup> O Japão aponta três motivações básicas para este relacionamento: primeiro, a segurança no fornecimento de petróleo, em função da Índia ocupar uma posição chave na rota marítima decorrente do Golfo Pérsico. Segundo, no plano internacional, o interesse de atuar em conjunto com a Índia em questões globais e, terceiro, a potencialidade do extenso mercado indiano. Mas, mais do que todas estas ponderações, a parceria Índia-Japão pode ser uma forma de contrabalançar a influência da China, ou de propiciar a construção de um triângulo equilibrado de forças na Ásia.

## 6. Conclusão

A crise asiática pode ser considerada o momento de inflexão da política externa japonesa, a partir do momento em que passou a exigir uma maior atuação regional para encaminhamento de soluções para a crise em si. Mas também pelo fato de ter possibilitado maior presença ocidental ou de atores regionais, como a China.

Assim, tem-se a impressão de que o Japão está desenvolvendo uma diplomacia regional em função específica de seus interesses, mas também das necessidades da região.

Para tanto, busca uma inserção que valorize os interesses mútuos, de forma a reduzir as pressões negativas decorrentes das desconfianças que os diferentes atores ainda apresentam quanto a qualquer possibilidade de ampliação de seu poder.

De outro lado, seu projeto de *autonomia* pode levar a um novo período de conflitos com os Estados Unidos, mas esta possibilidade parece estar sendo encarada como podendo propiciar ganhos relativos regionais em função da maior interação com a região ou de que os focos de conflito não decorrem de ações isoladas, mas de processos cooperativos regionais.

---

<sup>31</sup>. FUNABASHI. Op.cit. p. 142.

<sup>32</sup>. SEKI, Tomoda. “A Japan-India Front”. *Far Eastern Economic Review*, 163 (21): 38, May 25, 2000.

Neste sentido, ressaltam-se as iniciativas inter-regionais visando a integração da região asiática com outros espaços, principalmente com a União Européia e com a América Latina.

Em seguida, os projetos intra-regionais com o objetivo explícito de reforçar novas modalidades de integração, sem a presença norte-americana, como a retomada da questionada proposta de um Fundo Monetário Asiático e a reconfiguração do ambicioso projeto de constituição de um mercado comum essencialmente asiático.

Por fim, o processo complicado de diminuição da extrema dependência dos Estados Unidos nas questões de segurança. De um lado, alterações nas diretrizes da Aliança Militar que possibilitam a ampliação de suas capacidades militares e uma maior atuação nas questões regionais de segurança.

Em decorrência deste novo posicionamento deduz-se que o Japão tem como orientação atual de sua política externa o objetivo de, aos poucos, voltar a ser um *Estado Normal*, ao mesmo tempo em que demonstra vontade política de assumir um papel mais definido como ator regional e internacional.

### ***Bibliografia***

BROOKES, Peter. “The Case for Missile Defence”. *Far Eastern Economic Review*. 163 (36): 33, September 7, 2000.

CAMPBELL, Kurt M. “Energizing the U.S.-Japan Security Partnership”. *The Washington Quarterly*, 23 (4): 125-134, Autumn 2000.

CHING, Frank. “A Tale of Two State Visits”. *Far Eastern Economic Review*, 162 (20): 36, May 20, 1999.

CHING, Frank. “An Emerging East Asia”. *Far Eastern Economic Review*, 162 (50): 36, December 16, 1999.

CHRISTENSEN, Thomas. “China, the U.S.-Japan Alliance, and the security dilemma in East Asia”. *International Security*, 23 (4), Spring 1999.

CRISPIN, Shawn W. “The Personal Touch”. *Far Eastern Economic Review*, 163 (4): 24-26, January 27, 2000

DAWSON, Chester. “Blueprint for Controversy”. *Far Eastern Economic Review*. 163 (28): 19-20, July 13, 2000.

DIBB, Paul, HALE, David D. & PRINCE, Peter. “The strategic implications of Asia’s economic crisis”. *Survival*, 40 (2): 5-26, Summer 1998.

DIFILIPPO, Anthony. “Can Japan craft an international nuclear disarmament policy?”. *Asian Survey*, 40 (4): 571-598, July/August 2000.

FUNABASHI, Yoichi. “Tokyo’s Temperance”. *The Washington Quarterly*, 23 (3): 135-144, Summer 2000



GILSON, Julie. "Japan's role in the Asia-Europe Meeting". *Asian Survey*, 39 (5): 736-752, September/October 1999.

HORISAKA, Kotaro. "Mudanças e turbulências recentes na política japonesa: uma visão para a América Latina". *Política Externa*, 6 (4): 120-129, Março 1998.

JOHNSTONE, Christopher B. "Strained Alliance: US-Japan Diplomacy in the Asian Financial Crisis". *Survival*, 41 (2): 121-138, Summer 1999.

KUWAYAMA, Mikio, MATTOS, José Carlos & CONTADOR, Jaime. *Trade and Investment Promotion between Asia-Pacific and Latin America: present position and future prospects*. Santiago de Chile, CEPAL, Serie Comercio Internacional, no. 9, Septiembre de 2000. 73 p.

MAULL, Hanns W. "Germany and the use of force: still a civilian power?". *Survival*, 42 (2): 56-80, Summer 2000.

NYE, Joseph S. "Coping with Japan". *Foreign Policy*, 9: 96-115, Winter 1992-93.

Oliveira, Amaury Porto, CANUTO, Otaviano & OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática*. São Paulo, IEA/USP, Série Assuntos Internacionais, 57, Julho 2000. 48 p.

SEKI, Tomoda. "A Japan-India Front". *Far Eastern Economic Review*, 163 (21): 38, May 25, 2000.

SHAMBAUGH, David. "Sino-American Strategic Relations: from partners to competitors". *Survival*, 42 (1): 97-115, Spring 2000.

URAYAMA, Kori J. "Chinese Perspectives on Theater Missile Defense". *Asian Survey*, 40 (4): 599-621, July/August 2000.

URIU, Robert M. "Japan in 1999". *Asian Survey*, 40 (1): 140-150, January/February 2000

WAH, Chin Kin. "Japan as a Great Power". IN: CHEE, Chan Heng. *The New Asia-Pacific Order*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies, 1997: 108-130.

**IPRI**

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ACS/MRE

CAPES

CNPq

FUNAG

Seminário sobre o Japão, Hotel Le Meridien, Rio de Janeiro, 7 e 8 de dezembro de 2000

WANG, Jianwei. *Against Us or with Us? The Chinese Perspective of America's Alliances with Japan and Korea*. Asia-Pacific Research Center. May 1998. Mimeografado.

XINBO, Wu. "The Security Dimension of Sino-Japanese Relations". *Asian Survey*, 40 (2): 296-310, March/April 2000.